



1
2 MINISTÉRIO DA SAÚDE
3 CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
4

5 **ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS**
6

7 **ABERTURA:** Aos três e quatro dias de outubro, de dois mil e um, na sala de reunião “Conselheiro
8 **Omilton Visconde**”, do Conselho Nacional de Saúde, teve início a Centésima Décima Terceira
9 Reunião Ordinária, do CNS. **APROVAÇÃO DA ATA:** Colocada em apreciação, foi aprovada a Ata da
10 112ª Reunião Ordinária do CNS. **INFORMES:** **01) Destaques de pauta:** O Coordenador **Nelson
11 Rodrigues dos Santos** informou que constava das pastas dos Conselheiros material abrangendo: **1)**
12 Nota técnica para operacionalização da EC nº 29; **2)** Seminário sobre a Aplicação da EC nº 29; **3)**
13 Relatório do TCU sobre os Programas Sociais, com ênfase no controle social; e **4)** Texto “*Democracia
14 e Saúde*”, da Folha de São Paulo. Na oportunidade, ressaltou a importância dos itens 02, 04 e 05. **02)**
15 **Atuação das Entidades pela Aplicação da EC nº 29:** Os Conselheiros **Zilda Arns, Geraldo Adão,
16 Luiz Gonzaga de Araújo, Mário César Scheffer, Ana Maria Lima Barbosa, Gysélle Saddi, Augusto
17 Alves Amorim, Henrique Mesquita, Zenite da Graça B. Freitas, Lindomar Tomé Lopes, Francisco
18 das Chagas Dias Monteiro e Edmundo Ferreira Fontes** falarão sobre as ações de mobilização
19 referentes à aplicação da EC nº 29, realizadas por suas entidades. **03) CISMU – SEMINÁRIO:**
20 Conselheira **Clair Castilho** informou sobre a realização do Seminário “*Anticoncepção no SUS*”, nos
21 dias 20 e 21 de setembro de 2001, destacando que o mesmo atingira os objetivos esperados e que
22 seria apresentado relatório contendo as observações e os encaminhamentos decorrentes do mesmo,
23 previamente aprovados pela CISMU. **04) CITV – Audiência Pública na CDU/CF, nos dias 11, 19 e
24 25/09/2001 – Portaria MS (Queimados):** Conselheira **Gysélle Saddi** fez o relato das audiências
25 públicas realizadas pela Comissão Intersetorial de Trauma e Violência e informou sobre a realização
26 do Seminário Nacional sobre Violência Urbana, nos dias 30 e 31 de outubro de 2001 (Espaço Cultural
27 Zumbi dos Palmares da Câmara dos Deputados). Oportunamente, ressaltou a necessidade de
28 normatização da Portaria do Ministério da Saúde, referente ao atendimento a queimados, sendo
29 decidido que o tema seria submetido à apreciação da CITV. **05) CISAMA – Reunião Agenda 21,
30 Florianópolis: Parecer e Relatório PL nº 4.147/2001:** Conselheiro **Edmundo Fontes** disse aos
31 Conselheiros que o Seminário sobre a Agenda 21, realizado em Florianópolis, debatera sobre a
32 mudança de metodologia de discussão da referida Agenda. Acrescentou que a reunião da CISAMA,
33 realizada em João Pessoa, discutira o Projeto de Lei nº 4.147 de 2001, de autoria do Deputado Adolfo
34 Marinho, referente à área de saneamento e destacou a necessidade de articulação do CNS no sentido
35 de convocar a Conferência Nacional de Saneamento e Meio Ambiente. **06) CIST – Seminário com
36 CSSF/CD, em 25 e 26/09/2001:** Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima** informou sobre a realização do
37 Seminário sobre Saúde do Trabalhador, realizado em parceria com a Comissão de Seguridade Social
38 e Família, da Câmara dos Deputados, destacando a competência demonstrada pela equipe técnica da
39 Secretaria Executiva do CNS e, também, da CIST. Acrescentou que o referido Seminário tivera
40 participação intensa e atingira o objetivo principal, debatendo temas como relações de trabalho,
41 deficiência legislativa, conflitos trabalhistas, previdência social, dentre outros. **07) CISM – Conferência
42 Nacional de Saúde Mental: Dr. Pedro Delgado**, representante do Ministério da Saúde, informou que
43 estava em fase de conclusão a realização das Conferências Municipais de Saúde, estando pendentes
44 apenas as de São Paulo e de Salvador, e distribuiu quadro contendo as datas das Conferências
45 Estaduais, faltando apenas a confirmação das datas de Amapá e Roraima. **08) Conferência Nacional
46 de Assistência Farmacêutica:** Conselheira **Clair Castilho** informou que o Grupo de Trabalho de
47 Assistência Farmacêutica havia se reunido e sugerido a realização da referida Conferência para o mês
48 de março de 2002, definindo, também, os eixos temáticos. Informou, ainda, sobre a realização de
49 Seminário da OPAS, sobre assistência farmacêutica, em Fortaleza, nos dias 12 e 13 de setembro de
50 2001. Concluindo, lembrou que estava pendente a deliberação do Plenário do CNS sobre a comissão
51 organizadora e o regimento interno da referida Conferência. **09) Reunião Nacional da RNIS, de 20 e
52 21/09/2001:** O Senhor **Fernando Cartaxo**, técnico do CNS, informou sobre a Reunião Nacional da
53 RNIS, que abrangera cerca de mil e trezentos municípios. Disse que seria apresentado relatório sobre
54 o evento e que haveria um segundo encontro, para debater “*controle social e municípios*”. **10) X
55 Plenária Nacional de Conselhos de Saúde:** (transformada em item de pauta). **11) Conselheiro
56 Mozart de Abreu e Lima** informou que o Grupo de Trabalho de Tecnologia Farmacêutica concluirá a

57 fase de consultas à indústria, aos pesquisadores e ao governo, e que seria feito relatório, no sentido de
58 constituir uma proposição de diretrizes estratégicas, a ser debatida em seminário nacional sobre o
59 tema, no dia 31 de outubro de 2001, na OPAS. **12)** Conselheira **Zenite B. Freitas** informou sobre a
60 realização do X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, a ser realizado no Rio de Janeiro, no
61 período de 08 a 12 de outubro de 2001, com o tema “*Trabalho, Direitos e Democracia: Assistentes
62 Sociais contra a Desigualdade*”, sugerindo a participação dos Conselheiros **Ana Maria Lima Barbosa**
63 e **Artur Custódio M. de Souza** no evento. Informou, também, da realização de audiência pública
64 sobre diretrizes curriculares, cientificando que diversas categorias estavam discutindo sobre as
65 referidas diretrizes e que algumas delas já haviam sido aprovadas pelo Conselho Nacional de
66 Educação. **13) Informe Administrativo:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** lembrou que
67 o conjunto de informes apresentados ao início de cada reunião ressaltava a amplitude da atuação das
68 entidades representadas no CNS. **ITEM 02 – ATUALIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 33/92 (2ª
69 VERSÃO):** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** disse que a 1ª versão da atualização da
70 Resolução nº 33/92 recebera contribuições de estados municipípios, do Grupo de Trabalho destinado
71 para analisar a questão do Estado do Pará e da 11ª Conferência Nacional de Saúde, dando origem à
72 segunda versão da referida resolução, que será submetida a apreciação do CNS na 114ª Reunião
73 Ordinária. Conselheira **Ana Maria Barbosa** sugeriu que as discussões sobre o tema decorrentes das
74 Conferências Estaduais e Municipais de Saúde fossem aditadas ao conjunto de documentos referentes
75 à atualização da Resolução nº 33/92. Conselheira **Gysélle Saddi** solicitou sua substituição no Grupo
76 de Trabalho do Pará por se considerar inexperiente na área de legislação do Conselho. Conselheira
77 **Zenite B. Freitas** lembrou que na 109ª Reunião Ordinária fora acrescentada a sua participação nesse
78 Grupo de Trabalho, para debater e apresentar parecer, manifestando a sua surpresa ao ter
79 conhecimento de que seu nome não constava da composição do mesmo. O Coordenador **Nelson
80 Rodrigues dos Santos** apresentou desculpas, em nome da Secretaria-Executiva, sobre esse fato.
81 Conselheiro **Temístocles Marcelos Neto** sugeriu que o Grupo de Trabalho fosse composto pelas
82 Conselheira **Maria Lêda Dantas**, **Zenite B. Freitas**, **Eliane Cruz**, além de representantes do CONAM
83 e CONASEMS. Conselheira **Gysélle Saddi** sugeriu que o Conselheiro **Artur Custódio M. de Sousa**
84 integrasse o Grupo de Trabalho como titular ou como suplente e, também, que o referido Grupo fosse
85 subsidiado pelo Ministério Público. Conselheiro **Edmundo Fontes** propôs o nome do Conselheiro
86 **Francisco Monteiro** para suplente do Grupo de Trabalho. Após as discussões, foi decidido que o
87 Grupo de Trabalho destinado a atualizar a Resolução nº 33/92 se uniria ao Grupo de Trabalho do
88 Estado do Pará e à Comissão Organizadora da Plenária Nacional de Conselheiros, formando um
89 Grupo de Trabalho ampliado a fim de formalizar versão oficial da Resolução, a ser apresentada
90 durante a realização daquela Plenária, composto pelos Conselheiros **Maria Lêda Dantas**, **Zenite B.
91 Freitas**, **Eliane Cruz**, além de representantes do CONAM e CONASEMS, ficando os Conselheiros
92 **Francisco Monteiro** e **Artur Custódio M. de Sousa** como membros suplentes. **ITEM 03 –
93 ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA: Dra. Ana
94 Figueiredo** esclareceu que, através do Relatório Final da 11ª Conferência Nacional de Saúde, a
95 ANVISA recebera a recomendação de realizar a Conferência Nacional de Vigilância Sanitária. O pleito
96 fora encaminhado ao Conselho Consultivo da Agência, sendo iniciado o pré-projeto da Conferência
97 que, após feitas as devidas correções, fora aprovado. Acrescentou que a I Conferência Nacional de
98 Vigilância Sanitária, intitulada “*Efetivar o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária: Proteger e
99 Promover a Saúde Construindo Cidadania*”, tinha por finalidade analisar a situação da vigilância
100 sanitária no país, propor diretrizes para a Política Nacional de Vigilância Sanitária; e definir estratégias
101 para a efetivação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, integrante do Sistema Único de Saúde
102 e, estava baseada nos seguintes eixos temáticos: **I) Vigilância Sanitária: proteção e promoção da
103 saúde**; **II) construção do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária**; e **III) Vigilância Sanitária, Saúde e
104 Cidadania**. Em seguida, **Dr. Eduardo Nakamura** fez esclarecimentos sobre a lógica da escolha dos
105 delegados que comporão a Conferência Nacional de Vigilância Sanitária. Conselheira **Zilda Arns**
106 manifestou contentamento em saber que estava havendo participação popular, no âmbito regional e
107 estadual, na Conferência Nacional de Vigilância Sanitária. Conselheiro **Cláudio Duarte** disse que a
108 organização da Conferência estava de acordo com a prática do controle social vivenciado pelo
109 Conselho Nacional de Saúde, necessitando, apenas, de maior envolvimento dos Conselhos Estaduais
110 de Saúde e do próprio Conselho Nacional. Conselheiro **Edmundo Ferreira Fontes** sugeriu que fosse
111 melhor trabalhada a proposta de composição, principalmente, no que se refere à representatividade
112 dos usuários. Conselheiro **Francisco Monteiro** concordou que havia necessidade de rever a proposta
113 da composição da Conferência, tendo em vista haver problema conceituais quanto a
114 representatividade dos gestores. Conselheira **Zenite B. Freitas** disse que deveria ser assumida a
115 responsabilidade do CNS quanto ao não envolvimento inicial do Conselho na organização da
116 Conferência e sugeriu a criação de Grupo de Trabalho para acompanhar os trabalhos da Comissão

117 Organizadora. Foi aprovado grupo de trabalho para atuar junto da Comissão Organizadora, composto
118 pelos Conselheiros **Maria Lêda Dantas**, **Clair Castilho** e **Francisco Monteiro**, contanto com a
119 colaboração da **Dra. Sueli Dalari**, representante da CONEP, e foi aprovada a rediscussão da
120 delegação representativa dos trabalhadores em saúde na Conferência. **ITEM 04 – PAINEL: “MODELO**
121 **DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E MODELO DE ATENÇÃO À SAÚDE” PARA**
122 **ALOCAÇÃO DE RECURSOS, SUSTENTABILIDADE DO SUS E ACOMPANHAMENTO DA**
123 **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NOS TRÊS NÍVEIS DA DIREÇÃO ÚNICA DO SUS:** Conselheiro
124 **Olympio Távora**, em nome do segmento de prestadores de serviços de saúde, teceu comentários
125 sobre as diretrizes para orçamentação e execução orçamentária do Ministério da Saúde, destacando a
126 visibilidade do orçamento, bem como sua execução, e custeio. **Dra. Rosa Maria Marques** falou sobre
127 o Modelo de Gestão Orçamentária e Financeira do Ministério da Saúde, fazendo a interpretação de
128 planilhas orçamentárias, no período de 1994 a 2000. **Dr. Hugo Vocurca** fez a apresentação do
129 trabalho desenvolvido pelo SIOPS, com vistas a subsidiar a discussão sobre alocação equitativa,
130 destacando: **1)** análise dos dados de balanço de estados e municípios; **2)** aplicação da EC nº 29; e **3)**
131 orçamento 2002. **Dr. Antônio Carlos Rosa Júnior** apresentou o Modelo de Gestão Orçamentária e
132 Financeira do Fundo Nacional de Saúde, destacando: **1)** agentes intervenientes no processo de
133 financiamento da saúde; **2)** mecanismos de financiamentos; **3)** instrumentos de ação operacionais e
134 gerenciais; **4)** EC nº 29; **5)** acompanhamentos de convênios; **6)** transferências fundo a fundo (2001); e
135 **7)** comunicações institucionais. Conselheiro **Sérgio Piola** fez comentários sobre: **1)** o gasto nacional
136 com saúde de países com características semelhantes ao Brasil; **2)** a questão da participação pública
137 e privada no Gasto Nacional com Saúde; **3)** distribuição do gasto público com saúde entre as três
138 esferas de governo; **4)** equidade na distribuição dos recursos públicos; e **5)** transferências fundo a
139 fundo. Na oportunidade, concordou com a proposta da **Dra. Rosa Maria Marques**, de separação dos
140 itens “*investimento*” e “*custeio e da rubrica AIH e SIA*”. Conselheiro **Carlos Alberto Preto** reafirmou a
141 necessidade de regulação da EC nº 29 e, ponderou que a instância “*convênio*” estava tornando-se
142 obsoleta e substituída, gradativamente, através de incentivos financeiros nas diversas áreas da saúde.
143 Lembrou, ainda, o problema da não execução orçamentária de algumas áreas da saúde, citando como
144 exemplo a área de saneamento básico. Conselheira **Tânia Lago** observou que grande número de
145 municípios não utilizava os recursos no sentido de atender às necessidades básicas da população e,
146 portanto, fazia-se necessária uma ação federal efetiva capaz de induzir respostas às prioridades locais.
147 Disse, ainda, que as prioridades nacionais, no âmbito do investimento em saúde, não representam a
148 somatória das prioridades definidas no âmbito municipal. Conselheiro **Luiz Gonzaga de Araújo** disse
149 que a lógica de definição do orçamento para a saúde não era adequada ao controle social,
150 considerando-a uma “*ditadura econômica*” e observou que o Conselho Nacional de Saúde tinha por
151 responsabilidade a discussão prévia de cada orçamento. Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima**
152 comentou que o sistema de saúde brasileiro era federativo e que as contribuições sociais não
153 representavam um recurso da união e, sim, da federação. Acrescentou que deveria ser buscado
154 modelo de gestão no sentido de dar maior responsabilidade aos entes descentralizados, contando com
155 fiscalização adequada. Conselheira **Gysélle Saddi**, referindo-se à apresentação do **Dr. Antônio**
156 **Carlos**, solicitou esclarecimentos sobre as definições de “*orçamento, operacionalização, controle e*
157 *avaliação*”, “*conhecimento da realidade nacional*” e “*estabelecimento de prioridades políticas e de*
158 *orçamento*”. Conselheiro **Geraldo Adão** levantou as seguintes questões para reflexão do Conselho: **1)**
159 repasses insuficientes para os municípios; **2)** participação dos municípios com percentual muito além
160 do previsto; **3)** despesas não cobertas por excedentes de produção de prestadores privados; e **4)** itens
161 que fazem parte do receituário do SUS não cobertos pela Tabela-SUS. Observou, ainda, que a
162 discussão deveria evoluir para um modelo orçamentário que contemplasse remuneração adequada
163 para os prestadores de serviço, reajuste da Tabela-SUS e incorporação de novos procedimentos e
164 tecnologias. **Dr. Antônio Carlos** esclareceu que as colocações feitas referiam-se à atuação do
165 gestores das Comissões Bipartites e Tripartite, visto que essas instâncias estabeleciais os recursos a
166 serem repassados fundo a fundo. Conselheiro **Carlos Alberto Preto** enfatizou a necessidade de
167 implantação da NOAS. **ITEM 05 – PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA NOB-RH: AVALIAÇÃO DOS**
168 **PARECERES DO CONASEMS, CONASS, MS E PRESTADORES PRIVADOS:** Tendo em vista os
169 pareceres apresentados pelo CONASEMS, CONASS, MS e Prestadores Privados, o Plenário do CNS
170 decidiu: **1)** promover análise jurídica e de ordem financeira sobre os princípios e diretrizes para a NOB-
171 RH, contando com a participação dos gestores das três esferas de governo, Ministério do
172 Planejamento Orçamento e Gestão, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e
173 Emprego; **2)** apresentar proposta de equacionamento aos obstáculos encontrados; e **3)** promover a
174 retomada da Mesa Nacional de Negociação. **ITEM 06 – RELATO DA REUNIÃO DA CIT:** *Item não*
175 *apresentado.* **ITEM 07 – RELATO FINAL DA PROPOSTA DE DISCIPLINAÇÃO DA ESTRUTURA E**
176 **FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES E GT DO CNS:** *Item não apresentado.* **ITEM 08 –**

177 **ESCLARECIMENTOS SOBRE A PORTARIA GM Nº 1.195/2001:** Conselheiro **Cláudio Duarte** disse
178 que a Portaria GM nº 1.195/2001 tinha por finalidade analisar os instrumentos legais, nacionais e
179 internacionais, referentes à bioética e propor medidas para aprimorar o controle social e o controle
180 governamental sobre a matéria. Disse, ainda, que houvera reunião da referida Comissão, onde foram
181 debatidos os seguintes pontos: **1)** reconhecimento e apoio ao CNS e à CONEP no controle das
182 pesquisas; **2)** identificação de problemas e busca de soluções; **3)** solicitação à CONEP de
183 apresentação detalhada sobre questões relevantes; **4)** consulta às entidades nacionais envolvidas no
184 processo de controle de pesquisas envolvendo seres humanos; e **5)** solicitação às várias instâncias do
185 MS de aprofundamento nas discussões, com vistas a apresentar subsídios à Comissão. Conselheira
186 **Gysélle Saddi** indagou sobre a diferenciação das atribuições da referida Comissão e da CONEP.
187 Conselheiro **Cláudio Duarte** explicou que a CONEP era órgão assessor do Conselho e que a
188 Comissão criada pela Portaria GM nº 1.195/2001, estava pautada na Lei Orgânica da Saúde e nas
189 atribuições do Ministério da Saúde. Conselheira **Zilda Arns** observou que a CONEP poderia
190 acompanhar e contribuir com o andamento dos trabalhos da Comissão criada pelo Ministério da
191 Saúde. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** disse que, tendo em vista a complexidade do
192 tema, a Secretaria-Executiva do CNS decidira solicitar e aguardar os esclarecimentos do Ministério da
193 Saúde sobre as atribuições da Comissão. Conselheiro **Cláudio Duarte** reiterou que não havia
194 duplicidade de competências e atribuições entre a Comissão do Ministério da Saúde e a CONEP. **ITEM**
195 **09 – RELATO DA COFIN/CNS E ENCAMINHAMENTOS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA EC Nº 29:**
196 O **Prof. Elias Jorge** apresentou o relatório da reunião da COFIN/CNS, destacando os seguintes
197 pontos principais: **I)** relatório de gestão do Governo Federal; **II)** execução orçamentária 2001; **III)**
198 contingenciamento orçamentário não justificado das áreas de saúde, assistência e previdência social; e
199 **IV)** cumprimento da EC nº 29 em 2001. Apresentou, ainda, as seguintes sugestões ao Plenário do
200 CNS: **1)** utilizar as Resoluções que orientam o CNS sobre os parâmetros orçamentários, para auxiliar a
201 proposição de emendas; **2)** encaminhar a cópia do relatório para diversas entidades, buscando
202 resgatar a integralidade da EC nº 29 junto ao Congresso Nacional; e **3)** reiterar o documento
203 “*Parâmetros Consensuais para utilização da EC nº 29*”. Colocadas em apreciação, as sugestões foram
204 aprovadas, bem como foi considerado aprovado o Relatório da COFIN/CNS. **EXTRA-PAUTA: 01) X**
205 **Plenária Nacional de Conselheiros de Saúde:** Conselheira **Ana Maria Lima Barbosa** fez o relato da
206 reunião da Comissão de Coordenação da 10ª Plenária Nacional de Conselheiros de Saúde,
207 informando que o regimento interno da referida Plenária havia sido concluído e seria submetido aos
208 Conselheiros na Reunião Ordinária do mês de novembro de 2001. Além disso, solicitou a ampliação do
209 número de Conselheiros na Comissão Organizadora da Plenária. Complementando, o Coordenador
210 **Nelson Rodrigues dos Santos** observou que a Secretaria Executiva do CNS necessitava de auxílio
211 dos Conselheiros para a organização e infra-estrutura da Plenária, apesar de haver entendimento com
212 o Ministério da Saúde nesse sentido. Solicitou, então, o envolvimento de todos os Conselheiros
213 Nacionais de Saúde, principalmente, das entidades que têm sua sede localizada no Distrito Federal.
214 Conselheiro **Edmundo Fontes** comentou que a Plenária deveria aprofundar a discussão sobre o
215 Sistema Único de Saúde e colocou-se à disposição para auxiliar o processo final de organização da
216 mesma. Conselheira **Zilda Arns** fez comentários sobre a estrutura da Comissão Organizadora e
217 disponibilizou a Pastoral da Criança para contribuir com a realização do evento. Conselheiro **Carlos**
218 **Alberto Preto** registrou que vários assuntos da Plenária estavam diretamente ligados aos Conselhos
219 Municipais de Saúde, contudo, o CONASEMS não se fazia presente em nenhuma mesa de debate.
220 Colocou-se, também, à disposição para auxiliar os trabalhos da Plenária. Conselheira **Zenite B.**
221 **Freitas** observou que o Ministério da Saúde deveria respaldar a organização da Plenária, contando
222 com a parceria das entidades representadas no CNS, disponibilizando, assim, o Fórum de
223 Trabalhadores para a realização do evento. Conselheira **Gysélle Saddi** lembrou que houvera
224 deliberação anterior do CNS no sentido de que os Conselheiros Nacionais de Saúde participassem das
225 Plenárias Regionais, visando aproximar o Conselho das questões regionais e locais, sugerindo que o
226 Conselho elegesse nomes para participar desses encontros. Comentou, ainda, que o Conselho deveria
227 divulgar à realização da Plenária junto à grande mídia nacional. Conselheiro **Luiz Gonzaga de Araújo**
228 comprometeu-se, em nome da CONTAG, a contribuir com a realização da Plenária e ressaltou a
229 importância do engajamento da área de comunicação social do Ministério da Saúde, de forma a
230 promover a disseminação de informações. Conselheiro **Mário César Scheffer** solicitou que a
231 Secretaria-Executiva imprimisse exemplares do Relatório da 11ª Conferência Nacional de Saúde e o
232 disponibilizasse aos participantes da X Plenária de Conselheiros de Saúde. O Coordenador disse que
233 o pleito seria atendido. Conselheiro **Augusto Alves Amorim** disponibilizou a CNA e o SENAR para
234 auxiliar a realização da Plenária. Foi aprovada a inclusão do Conselheiro **Edmundo Fontes** na
235 Comissão Organizadora, assim como foi a inclusão do Secretário Executivo do Ministério da Saúde,
236 **Dr. Barjas Negri**, e do CONASEMS em um dos painéis da Plenária. **Encerramento – Nada mais**

237 havendo a tratar e esgotada a pauta, a reunião foi encerrada. Estiveram presentes os seguintes
238 Conselheiros: **Ana Maria Lima Barbosa, Artur Custódio M. de Sousa, Augusto Alves Amorim,**
239 **Carlos Alberto Gebrim Preto, Carmen Maria B. da Fonseca, Cibele G. de Mello Osório, Clair**
240 **Castilho Coelho, Cláudio Duarte, Edmundo Ferreira Fontes, Eliane Cruz, Francisco das Chagas**
241 **Dias Monteiro, Geraldo Adão Santos, Gilson Irênia Magalhães, Gyselle Saddi Tannous, Henrique**
242 **de M. Barbosa Corrêa, Luiz Gonzaga de Araújo, Lindomar Tomé Lopes, Maria Leda de R.**
243 **Dantas, Maria Irene Monteiro Magalhães, Mário César Scheffer, Mário Gawryszewski, Mozart de**
244 **Abreu e Lima, Nildes de Oliveira Andrade, Olympio Távora Corrêa, Paulo Guilherme B. Romano,**
245 **Sérgio Francisco Piola, Tânia Maria Di Giacomo do Lago, Temístocles Marcelos Neto, William**
246 **Saad, Zenite da Graça B. Ferreira, e Zilda Arns Neumann.**